

## A ABORDAGEM DE CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA POR MEIO DE UMA AÇÃO EXTENSIONISTA

Gabriel Busnelo Becker<sup>1</sup>  
Rubia Emmel<sup>2</sup>

### RESUMO

Este relato de experiência apresenta uma ação de extensão desenvolvida com estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental, em escolas da rede pública e estadual de um município da Região Noroeste do Rio Grande do Sul, com foco nas discussões sobre corpo, gênero, sexualidade e violência sexual. A proposta teve como objetivo compreender as relações entre corpo, gênero e sexualidade a partir de uma ação de extensão desenvolvida com estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental, em escolas da rede pública da Região Noroeste do Rio Grande do Sul, bem como contribuir para a formação inicial de professores. A ação fundamentou-se em referenciais que compreendem corpo, gênero e sexualidade como construções sociais e históricas, atravessadas por relações de poder, articulando perspectivas críticas da educação sexual e da formação docente. Metodologicamente, o estudo caracteriza-se como um relato de experiência de natureza qualitativa, tendo como eixo central a utilização do jogo Trilha da Proteção, inspirado em estudos sobre prevenção da violência sexual e adaptado ao contexto escolar. A oficina foi estruturada a partir de uma apresentação dialogada inicial e da realização do jogo em duplas, mediada por licenciandos, utilizando cartas organizadas em três categorias cromáticas (vermelha, amarela e verde) baseadas na lógica simbólica do semáforo. Os resultados indicam que a proposta possibilitou a criação de espaços de diálogo e reflexão crítica, favorecendo o questionamento de discursos naturalizados, a identificação de situações de violência e a valorização de atitudes de respeito, empatia e proteção. Observou-se, contudo, a presença de tensões e limites nas compreensões dos estudantes, apontando a necessidade de continuidade das ações. Conclui-se que a Trilha da Proteção configura-se como um dispositivo pedagógico potente para a educação sexual crítica, desde que articulada a mediações docentes qualificadas e a processos formativos mais amplos, contribuindo para a formação dos estudantes e dos licenciandos envolvidos.

**Palavras-chave:** Educação sexual, Formação docente, Gênero, Práticas pedagógicas, Extensão.

### INTRODUÇÃO

As temáticas relacionadas ao corpo, ao gênero e à sexualidade integram o cotidiano dos estudantes e perpassam suas experiências dentro e fora do espaço escolar. No entanto, no

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Licenciatura em Matemática no Instituto Federal Farroupilha Campus Santa Rosa - RS, gabrielbusnelo@outlook.com;

<sup>2</sup> Graduada pelo Curso de Licenciatura em Pedagogia da Sociedade Educacional Três de Maio (SETREM); Doutora em Educação nas Ciências da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) no Instituto Federal Farroupilha (IFFar), rubia.emmel@iffarroupilha.edu.br



contexto da Educação Básica, essas discussões ainda costumam ser marcadas por silenciamentos, tabus e abordagens restritas, frequentemente limitadas a perspectivas normativas ou biologizantes. Tal cenário evidencia a necessidade de práticas educativas que ampliem o diálogo e reconheçam essas dimensões como construções sociais, históricas e culturais, permeadas por relações de poder (Louro, 2020).

As concepções de gênero e sexualidade são produzidas socialmente e sustentadas por discursos que operam a partir de binarismos e estereótipos, os quais regulam os corpos e legitimam desigualdades. Esses discursos, ao se naturalizarem no cotidiano escolar, contribuem para a manutenção de preconceitos e para a invisibilidade de experiências que escapam aos padrões hegemônicos. Conforme aponta Butler (2019), tais normas não apenas organizam identidades, mas também delimitam quais corpos são reconhecidos e quais permanecem à margem.

Nesse contexto, a escola assume um papel estratégico na promoção de práticas pedagógicas comprometidas com o respeito às diferenças e com a valorização da diversidade. Contudo, estudos indicam que muitos professores se sentem inseguros para abordar a educação sexual de forma crítica e dialógica, o que reforça a importância de processos formativos que problematizem essas temáticas desde a formação inicial docente (Agnoletto; Padoin, 2012). A constituição de professores reflexivos, capazes de analisar suas próprias práticas e contextos de atuação, torna-se central para o enfrentamento dessas lacunas (Alarcão, 2010).

As ações de extensão, ao articularem ensino, pesquisa e intervenção social, configuram-se como espaços privilegiados para a construção de experiências formativas significativas. Ao promoverem o diálogo entre a instituição de ensino superior e a escola, tais ações contribuem para a ampliação das percepções dos estudantes da Educação Básica e para o fortalecimento da formação inicial de professores, possibilitando a construção de práticas pedagógicas mais sensíveis, críticas e comprometidas com as questões de gênero, sexualidade e corpo, compreendidas como produções sociais e culturais que atravessam o cotidiano escolar (Louro, 2020).

Diante disso, o presente relato de experiência tem como objetivo compreender as relações entre corpo, gênero e sexualidade a partir de uma ação de extensão desenvolvida com estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental, em escolas da rede pública da Região Noroeste do Rio Grande do Sul. Busca-se evidenciar as contribuições dessa experiência tanto para a formação crítica dos estudantes quanto para a formação inicial de professores,



reafirmando a educação sexual como um campo fundamental para a construção de práticas pedagógicas éticas, dialógicas e socialmente responsáveis.

## **METODOLOGIA**

O presente estudo configura-se como um relato de experiência de caráter qualitativo, desenvolvido a partir de uma ação de extensão realizada em um município da Região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, sendo o estudo aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob o número de parecer 7.461.379. A proposta foi desenvolvida em escolas da rede pública municipal e estadual de ensino, envolvendo estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental, em uma articulação entre formação inicial docente e práticas educativas voltadas à educação sexual.

A ação teve como eixo central a utilização da Trilha da Proteção, um recurso pedagógico inspirado nos estudos de Meyer (2017), que aborda a temática da violência sexual de forma integrada às discussões sobre corpo, gênero e sexualidade. A adaptação do jogo considerou o contexto escolar e sociocultural dos estudantes participantes, buscando promover um espaço de diálogo, reflexão crítica e problematização de situações presentes no cotidiano.

Dessa forma, a trilha é composta por um tabuleiro e um conjunto de cartas organizadas em três categorias, identificadas por cores distintas: 25 cartas vermelhas, 37 cartas amarelas e 23 cartas verdes, totalizando 85 cartas. Cada categoria possui uma função pedagógica específica, articulada ao percurso do jogo e às discussões coletivas que emergem ao longo da atividade. As cores não apenas orientam a dinâmica do jogo, mas também simbolizam diferentes níveis de reflexão, alerta e avanço, contribuindo para a compreensão gradual das temáticas abordadas.

A dinâmica da oficina foi estruturada de modo a favorecer a participação ativa dos estudantes. Inicialmente, realiza-se uma apresentação dialogada, por meio de slides, abordando conceitos introdutórios relacionados ao corpo, ao gênero e à sexualidade, com o objetivo de contextualizar a temática, alinhar compreensões e criar um ambiente de escuta e respeito. Na sequência, desenvolve-se o jogo da Trilha da Proteção, realizado em duplas, estratégia que possibilitou a troca de ideias, o diálogo e a construção coletiva de respostas, reduzindo exposições individuais e favorecendo um espaço mais seguro para a discussão de temas sensíveis. Ao longo do percurso, os estudantes eram convidados a refletir sobre



situações-problema apresentadas nas cartas, posicionar-se criticamente e compartilhar suas percepções com o grupo, com mediação dos licenciandos responsáveis pela atividade.

## REFERENCIAL TEÓRICO

As discussões sobre corpo, gênero e sexualidade compreendem dimensões centrais da experiência humana e são constituídas historicamente a partir de discursos sociais, culturais e políticos que regulam modos de viver, sentir e se relacionar. O corpo, nesse sentido, não pode ser entendido apenas como uma dimensão biológica, mas como um espaço simbólico e social, atravessado por normas, valores e relações de poder que produzem significados e hierarquizações. Conforme problematiza Foucault (1997), os discursos sobre a sexualidade operam como mecanismos de controle e regulação dos corpos, estabelecendo padrões de normalidade que influenciam diretamente as relações sociais e os processos educativos.

Esses discursos se materializam na escola por meio de práticas pedagógicas, currículos explícitos e implícitos e interações cotidianas que contribuem para a naturalização de concepções binárias e estereotipadas sobre gênero e sexualidade. Butler (2019) aponta que tais normas são reiteradas continuamente, produzindo identidades reconhecíveis e, ao mesmo tempo, marginalizando aquelas que escapam aos padrões hegemônicos. Quando não problematizadas, essas concepções reforçam desigualdades e violências, impactando diretamente como estudantes constroem suas identidades e percebem a si mesmos e aos outros no espaço escolar.

Nesse contexto, a escola assume um papel fundamental na mediação dessas discussões, podendo atuar tanto na reprodução quanto no enfrentamento de discursos normativos. A educação sexual, compreendida como uma prática pedagógica crítica e dialógica, possibilita ampliar o olhar sobre corpo, gênero e sexualidade, superando abordagens restritas e biologizantes. Louro (2020) destaca que tratar dessas temáticas na escola é reconhecer sua presença no cotidiano dos estudantes e assumir o compromisso com uma educação que valorize a diversidade, o respeito e a convivência democrática.

Entretanto, a efetivação de práticas pedagógicas voltadas à educação sexual encontra limites relacionados à formação docente. Muitos professores relatam insegurança ou falta de preparo para abordar essas temáticas, o que evidencia a importância de processos formativos que promovam reflexão crítica e problematização das práticas educativas. Agnoletto e Padoin (2012) ressaltam que a formação inicial de professores constitui um espaço privilegiado para



o desenvolvimento de posturas pedagógicas comprometidas com a escuta, o diálogo e o enfrentamento de preconceitos no contexto escolar.

Nesse sentido, as ações de extensão configuram-se como espaços formativos potentes, ao possibilitarem a aproximação entre universidade e escola e a vivência de práticas pedagógicas contextualizadas. Ao articular teoria e prática, essas experiências contribuem tanto para a ampliação das percepções dos estudantes da Educação Básica quanto para a constituição profissional dos licenciandos. Freire (2020) enfatiza que práticas educativas fundamentadas no diálogo e na problematização favorecem a construção de uma educação humanizadora, na qual os sujeitos são reconhecidos como participantes ativos do processo educativo.

Assim, compreender corpo, gênero e sexualidade como campos de disputa e produção de sentidos permite pensar propostas pedagógicas que rompam com silenciamentos e naturalizações. A construção de espaços educativos que promovam o diálogo, a reflexão e o respeito às diferenças revela-se fundamental para o enfrentamento das violências e para a formação de sujeitos críticos, sensíveis e comprometidos com a transformação social.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A experiência desenvolvida por meio da Trilha da Proteção evidenciou o potencial de práticas pedagógicas que articulam ludicidade, diálogo e problematização crítica para o tratamento de temáticas socialmente sensíveis no contexto da Educação Básica. Ao compreender corpo, gênero e sexualidade como construções sociais atravessadas por relações de poder, a proposta da trilha dialoga diretamente com perspectivas que defendem a superação de abordagens normativas e biologizantes ainda presentes na escola (Louro, 2020). Nesse sentido, a atividade possibilitou a emergência de reflexões que deslocam compreensões naturalizadas e ampliam o olhar dos estudantes sobre essas temáticas.

O início da oficina, marcado pela apresentação dialogada em slides, revelou-se fundamental para a construção de um espaço de escuta e confiança, preparando os estudantes para o desenvolvimento da atividade lúdica. Essa etapa inicial contribuiu para alinhar compreensões e reduzir tensões, favorecendo um ambiente propício ao diálogo. Conforme defende Freire (2020), práticas educativas fundamentadas na escuta e na problematização da realidade possibilitam a construção de processos formativos mais humanizados, nos quais os sujeitos se reconhecem como participantes ativos do conhecimento.

No decorrer da atividade, a Trilha da Proteção configurou-se como um dispositivo pedagógico mediador das discussões, operando como um espaço de tensionamento de

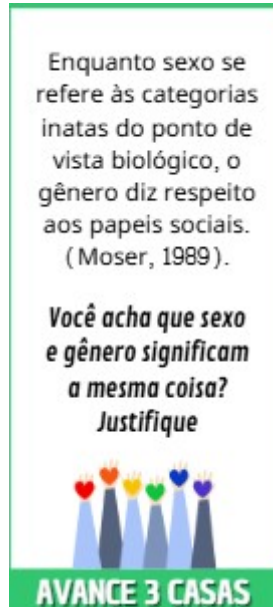


discursos naturalizados e de construção coletiva de sentidos. Inspirada nos estudos de Meyer (2017), a organização do jogo e de seus materiais foi pensada para provocar reflexões progressivas, articulando situações do cotidiano escolar e social às discussões sobre corpo, gênero, sexualidade e violência sexual. Tal estrutura reforça a compreensão de que os discursos sobre sexualidade, quando não problematizados, atuam como mecanismos de regulação dos corpos e das condutas, conforme discutido por Foucault (1997).

A escolha das cores que estruturam a Trilha da Proteção foi inspirada na lógica simbólica do semáforo, amplamente reconhecida no cotidiano social como um sistema de orientação, alerta e tomada de decisão. Assim como no trânsito, em que as cores organizam comportamentos e indicam quando parar, ter atenção ou seguir, a utilização do vermelho, amarelo e verde no jogo assume uma função pedagógica intencional. Essa metáfora possibilita que os estudantes compreendam, de forma acessível e significativa, diferentes níveis de problematização das situações apresentadas, favorecendo a leitura crítica de contextos relacionados ao corpo, ao gênero, à sexualidade e às violências. O vermelho remete a situações de alerta e interrupção, exigindo reflexão imediata; o amarelo convida à atenção e ao questionamento diante de enunciados ambíguos ou naturalizados, podendo assumir a forma de afirmações para análise, proposições de verdadeiro ou falso ou relatos de experiência; e o verde simboliza avanços associados a atitudes de respeito, proteção e cuidado. Dessa forma, o semáforo deixa de ser apenas uma referência visual e constitui um dispositivo didático-metafórico, que orienta o percurso reflexivo dos estudantes e contribui para a compreensão gradual e crítica das temáticas abordadas no jogo. A partir dessa organização cromática, as cartas assumem funções pedagógicas distintas ao longo do jogo.

Figura 1- Carta Verde



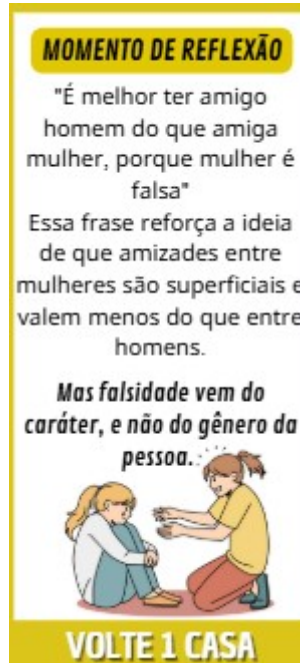


Fonte: Autores (2025)

Observa-se que as cartas verdes estão associadas as mensagens de valorização do respeito, da empatia e da proteção, simbolizando avanços no percurso do jogo e reforçando atitudes consideradas positivas no enfrentamento das violências. Embora apresentem um caráter menos tensionador, essas cartas desempenham papel fundamental ao evidenciar práticas e posturas que contribuem para a construção de relações mais justas e acolhedoras no ambiente escolar. Ao apontarem possibilidades concretas de convivência ética, as cartas verdes funcionam como contraponto às situações problematizadas anteriormente, reafirmando o papel da escola como espaço de promoção da diversidade e do respeito, conforme defende Louro (2020).

Figura 2 - Carta Amarela



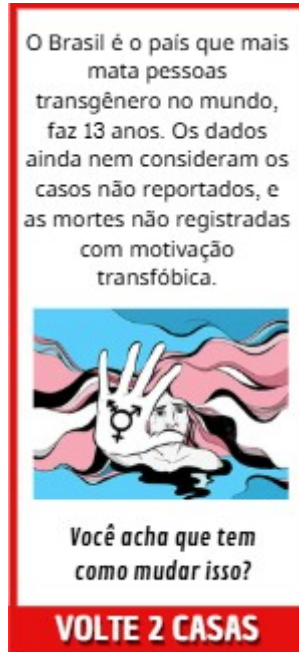


Fonte: Autores (2025)

Da mesma perspectiva, as cartas amarelas ocupam uma posição intermediária no percurso do jogo, propondo situações ambíguas, frases recorrentes ou questionamentos presentes no cotidiano escolar e social. Diferentemente das cartas verdes, elas não apresentam respostas imediatas ou julgamentos explícitos, propondo aos estudantes um exercício mais aprofundado de argumentação e negociação de sentidos. Observou-se que essas cartas promoveram debates mais longos entre as duplas, revelando divergências de opinião e a necessidade de escuta e diálogo. Tal dinâmica dialoga com a compreensão de gênero como uma construção reiterada socialmente, marcada por disputas de significados, conforme problematiza Butler (2019).

Figura 3 - Carta Vermelha





Fonte: Autores (2025)

Assim, as cartas vermelhas concentram situações de maior tensão, associadas a diferentes formas de violência, discriminação e violação de direitos. Ao serem acionadas no jogo, essas cartas interrompem o avanço automático e convidam os estudantes a reconhecer práticas que, muitas vezes, aparecem naturalizadas em seu cotidiano. As discussões suscitadas evidenciaram que determinadas violências ainda são minimizadas ou relativizadas, o que reforça a importância de espaços educativos que problematizem tais discursos. Nesse sentido, as cartas vermelhas operam como dispositivos de ruptura, ao tensionar normas e evidenciar relações de poder que regulam os corpos e as sexualidades, conforme discutido por Foucault (1997).

A análise da Trilha da Proteção evidencia que a abordagem de temas como corpo, gênero e sexualidade no espaço escolar não se reduz à adoção de recursos lúdicos, mas depende fundamentalmente da intencionalidade pedagógica que orienta sua utilização. O jogo, por si só, não garante a problematização das violências ou a desconstrução de discursos normativos; ao contrário, sem mediação crítica, corre o risco de reforçar silenciamentos ou interpretações simplificadas. Nesse sentido, a experiência analisada revela que a potência da Trilha da Proteção reside na articulação entre o dispositivo pedagógico, a mediação docente e os referenciais teóricos que sustentam a prática, reafirmando a necessidade de compreender a educação sexual como um campo de disputa de sentidos, conforme discutem Foucault (1997) e Louro (2020).



Além disso, a experiência evidencia tensões inerentes à abordagem dessas temáticas na escola, como a presença de discursos naturalizados, resistências e ambiguidades nas falas dos estudantes, especialmente quando confrontados com situações de violência e desigualdade de gênero. As cartas, em especial as vermelhas e amarelas, revelaram não apenas avanços, mas também limites nas compreensões construídas, indicando que processos formativos dessa natureza exigem continuidade, aprofundamento e compromisso institucional. Dessa forma, a Trilha da Proteção não deve ser compreendida como uma solução pontual, mas como parte de um processo educativo mais amplo, que demanda formação docente permanente, espaços de diálogo sistemáticos e políticas educacionais comprometidas com o enfrentamento das violências e com a promoção de uma educação crítica e emancipadora.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência desenvolvida por meio da Trilha da Proteção permitiu evidenciar que a abordagem de temáticas relacionadas ao corpo, ao gênero e à sexualidade no contexto da Educação Básica demanda mais do que a inserção pontual de atividades lúdicas ou recursos didáticos diferenciados. Trata-se de um campo composto por disputas de sentidos, silenciamentos e normativas que exigem intencionalidade pedagógica, fundamentação teórica e mediação docente qualificada. Nesse sentido, o jogo configurou-se como um dispositivo potente para a problematização dessas questões, sobretudo quando articulado a práticas dialógicas e reflexivas, capazes de tensionar discursos naturalizados presentes no cotidiano escolar.

Os resultados da ação de extensão indicam que a Trilha da Proteção favoreceu a criação de um espaço de diálogo e de escuta, no qual os estudantes puderam refletir criticamente sobre situações relacionadas às violências, às desigualdades de gênero e às relações sociais que atravessam suas vivências. Ao mesmo tempo, a experiência revelou limites e desafios, como a persistência de concepções estereotipadas e a dificuldade de aprofundar determinadas discussões em um tempo restrito de intervenção. Esses aspectos reforçam a compreensão de que propostas dessa natureza não devem ser compreendidas como ações isoladas, mas integradas a processos educativos contínuos e sistemáticos.

No que se refere à formação inicial docente, a experiência contribuiu significativamente para a constituição profissional dos licenciandos envolvidos, ao possibilitar o contato direto com a complexidade do trabalho pedagógico em temas sensíveis e socialmente tensionados. Ao vivenciarem a mediação das discussões, os futuros professores



puderam refletir sobre seu papel ético e político na escola, compreendendo a docência como uma prática que exige posicionamento crítico, sensibilidade e compromisso com a promoção dos direitos humanos.

Por fim, este estudo aponta para a relevância das ações de extensão como espaços formativos privilegiados, capazes de articular teoria e prática e de fortalecer o diálogo entre universidade e escola. A Trilha da Proteção, enquanto recurso pedagógico, mostra-se promissora para a educação sexual crítica, desde que inserida em propostas formativas mais amplas, sustentadas por políticas educacionais e por processos contínuos de formação docente. Assim, espera-se que esta experiência contribua para novas reflexões, investigações e práticas que ampliem o debate sobre corpo, gênero e sexualidade na educação básica, reafirmando a escola como espaço de enfrentamento das violências e de construção de uma educação mais justa e emancipadora.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos à professora Rúbia Emmel, por acreditar nos licenciandos e por possibilitar a construção de espaços de diálogo sobre corpo, gênero e sexualidade em contextos escolares historicamente marcados por silenciamentos e tabus. Sua postura aberta, sensível e comprometida com a formação docente foi fundamental para que essa experiência se concretizasse, permitindo que temas complexos e necessários fossem abordados com responsabilidade, escuta e respeito. Ao confiar no trabalho dos licenciandos, a professora contribuiu para a construção de práticas pedagógicas que fortalecem o diálogo, a reflexão crítica e a formação humana no espaço escolar.

## **REFERÊNCIAS**

AGNOLETTI, R.; PADOIN, M. J. **Formação inicial de professores e a formação de educadores sexuais**. In: MEGLHIORATTI, F. A.; OLIVEIRA, A. L.; FERRAZ, D. F. (orgs.). Reflexões sobre a formação de professores no ensino de ciências. Cascavel: Edunioeste, 2012.

ALARCÃO, I. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CARR, W.; KEMMIS, S. **Teoria crítica de la enseñanza: la investigación-acción en la formación del profesorado**. Tradução de J. A. Bravo. Barcelona: Martínez Roca, 1988.



FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; J. A. Guilhon Albuquerque. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 53. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2020.

MEYER, D. E. **Análise do jogo Trilha da Proteção: como auxiliar na diminuição da vulnerabilidade para a violência sexual infantil.** 2017. 117 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Sexual) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2017.

